

Parágrafo único - A designação do servidor a que se refere este artigo será de competência do titular da Unidade Estadual.

Art. 10 - Os participantes da CMGE ficam submetidos às normas e à legislação referentes à confidencialidade das informações, estando cientes de que os responsáveis pela violação das mesmas ficarão sujeitos às penalidades da Lei.

§ 1º Informações individualizadas são protegidas pela Lei nº 5878, de 11 de maio de 1973, e não serão, em hipótese alguma, apresentadas aos membros das CMGEs;

§ 2º Os dados parciais sobre totais de população e domicílios recenseados serão fornecidos no decorrer da coleta de dados;

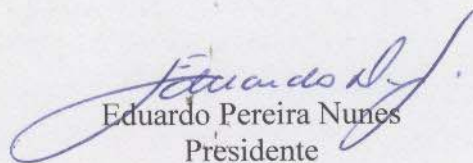
§ 3º Os dados sobre totais de população e domicílios recenseados serão fornecidos na reunião de encerramento, após a validação pela Diretoria de Pesquisas e o cumprimento do Protocolo de Encerramento. Tais dados serão extraídos dos relatórios de acompanhamento e controle da coleta e terão caráter preliminar.

§ 4 A divulgação oficial dos resultados do Censo Demográfico 2010, inclusive os de caráter preliminar, é de atribuição do IBGE.

Art. 11 - As CMGEs deverão permanecer mobilizadas, acompanhando os trabalhos censitários, até a reunião de encerramento.

Art. 12 - Fica a Coordenação Operacional dos Censos (COC), ouvida a Comissão de Planejamento e Organização Geral dos Censos (CPO), autorizada a estabelecer normas e instruções complementares para o bom funcionamento das Comissões, e resolver os casos omissos nesta Resolução.

Art. 13 - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.



Eduardo Pereira Nunes
Presidente